

-- CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS --**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL:
PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS**

Acerca do processo de formulação e desenvolvimento de políticas públicas, julgue os itens a seguir.

- 71** As políticas públicas são elaboradas e implementadas com diversas finalidades, entre as quais se incluem a de promover mudanças socioeconômicas, a de manter o estado democrático de direito e a de promover a justiça social.
- 72** Embora exista um conjunto de políticas públicas obrigatórias estabelecidas na Carta Magna de 1988, atualmente, um dos critérios importantes de priorização das políticas públicas é o da racionalidade, embasado na visão econômica de produção e desenvolvimento.
- 73** As prioridades de formulação e desenvolvimento das políticas públicas são decididas administrativamente pelo presidente da República.
- 74** Os componentes fundamentais de formulação e desenvolvimento de políticas públicas resumem-se em atores, recursos, instituições e níveis de governo encarregados de conduzir a situação-problema.

Em relação à estrutura e estratégia organizacional pública, julgue os itens seguintes.

- 75** O modelo gerencial contemporâneo caracteriza-se pela ideologia do formalismo e pelo rigor técnico da burocracia tradicional.
- 76** Na administração privada, a concepção de custo-benefício determina o processo produtivo, ao passo que, na administração pública, tal visão não pode ser usada em toda sua completude, em face das funções sociais do Estado.
- 77** Valores e expectativas, normas grupais e relações afetivas compõem os denominados aspectos informais e ocultos da cultura organizacional.

No que diz respeito às mudanças institucionais ocorridas no setor público, julgue os itens subsequentes.

- 78** Enquanto as organizações sociais devem firmar sua parceria com o poder público mediante termo de parceria, as organizações da sociedade civil de interesse público devem fazê-lo por meio de contrato de gestão.
- 79** Agência executiva constitui qualificação concedida, por decreto do chefe do Poder Executivo específico, a autarquias e fundações públicas responsáveis por atividades e serviços exclusivos do Estado.
- 80** As organizações sociais devem cumprir requisitos específicos determinados como finalidades para a sua criação, podendo assumir a forma de associação ou fundação.

**GESTÃO ESTRATÉGICA E EXCELÊNCIA
NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Em relação à gestão estratégica e excelência da administração pública, julgue os itens seguintes.

- 81** Entre os itens da agenda para a estruturação da gestão por resultados, está o caráter centralizado da tomada de decisões.
- 82** Auditoria interna é o conjunto de atividades, planos, rotinas, métodos e procedimentos interligados, estabelecidos pelos próprios gestores das unidades e entidades da administração com vistas a assegurar que os objetivos sejam alcançados de forma confiável e concreta.
- 83** A análise de custo efetividade pode ser também denominada de avaliação econômica de projetos.
- 84** No *balanced scorecard*, os objetivos da perspectiva do aprendizado e crescimento oferecem o embasamento que possibilita o atingimento de resultados das demais perspectivas: financeira, clientes externos e processos internos.
- 85** Predição, projeção e previsão são termos sinônimos de planejamento estratégico.
- 86** A certificação de competências constitui um processo por meio do qual as organizações buscam reconhecer e atestar as competências profissionais expressas por indivíduos ou equipes.

No que diz respeito à visão estratégica da administração pública no Brasil e ao conceito de governança corporativa aplicado ao setor público, julgue os itens a seguir.

- 87** Indicadores e outras formas de medição de desempenho podem ser utilizados para selecionar uma organização pública para *benchmarking*, com o intuito de estimular melhorias.
- 88** As regiões metropolitanas são uma alternativa de integração cuja área de atuação é construída pelos próprios municípios envolvidos em função do problema a ser enfrentado.
- 89** De acordo com a Reforma de Estado de 1995, regulamentação, fiscalização, fomento, segurança pública e seguridade social integram atividades exclusivas do Estado.
- 90** Os conselhos de administração presentes em empresas estatais constituem elementos de governança corporativa na administração pública.

**GOVERNO ELETRÔNICO, TRANSPARÊNCIA
E CONTROLE SOCIAL**

Julgue os itens seguintes, referentes a aspectos do governo eletrônico, transparência da administração pública, controle social e cidadania, e *accountability*.

- 91** A finalidade do governo eletrônico transcende as possibilidades de aperfeiçoamento tecnológico no processo de prestação de informações, favorecendo o dinamismo e a transparência entre governo e sociedade.
- 92** O ato de um gestor público divulgar corretamente as informações pertinentes à sua gestão, independentemente de serem compreensíveis ao cidadão, atende aos requisitos de transparência preconizados pela administração pública brasileira.
- 93** As ações de controle social pressupõem a participação efetiva da sociedade na fiscalização e aplicação dos recursos públicos, estando restritas aos governantes e funcionários públicos as atribuições de formulação, acompanhamento e implementação das políticas públicas.
- 94** Por meio do portal da transparência, qualquer cidadão pode atuar no exercício do controle social, fazendo, por exemplo, o acompanhamento dos investimentos públicos em setores como saúde, educação e segurança pública.

- 95 A Lei de Responsabilidade Fiscal fortalece o atendimento ao princípio da transparência a ser observado na gestão pública, pois enfatiza a publicidade de atos públicos em meios eletrônicos acessíveis aos cidadãos.

Julgue os próximos itens, com base no que dispõe a Lei de Acesso à Informação.

- 96 A entidade privada sem fins lucrativos que receba recursos públicos por meio de contrato de gestão deverá dar publicidade da destinação de todos os recursos que nela tramitarem.
- 97 Entre as diretrizes da Lei de Acesso à Informação, destaca-se a de que a obrigatoriedade da divulgação de informações de interesse público está vinculada à solicitação formal pelos cidadãos.
- 98 É obrigatória a formalização de decisão acerca da classificação de informações como sigilosas, devendo nela constar o assunto, a fundamentação da classificação, o prazo de sigilo e a indicação da autoridade classificadora.
- 99 Ao tomar conhecimento de extravio de informações requeridas de órgão público, o solicitante poderá requerer à autoridade competente a abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da documentação, tendo o responsável pela guarda da informação extraviada prazo de 15 dias para justificar o fato.
- 100 Uma informação produzida no ano de 2005 e classificada como secreta poderá ser disponibilizada em 2022.

FINANÇAS PÚBLICAS

Considerando a estrutura orçamentária brasileira e a evolução da dívida pública, julgue os itens a seguir.

- 101 O aumento real do salário mínimo melhora as contas do governo e reduz o déficit público em decorrência da expansão da economia.
- 102 A parcela do pagamento de juros da dívida pública integra a fórmula de cálculo da apuração do resultado primário.
- 103 Quando o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal aumentam o seu lucro, evidencia-se melhoria do resultado primário do setor público.
- 104 O resultado operacional é a diferença entre o resultado nominal e a parcela de atualização monetária da dívida líquida.
- 105 Os recursos financeiros de caráter temporário não integram a lei orçamentária anual.

Julgue os próximos itens, relativos aos tipos de receitas da administração pública.

- 106 O imposto pigouviano é capaz de resolver o problema dos efeitos externos negativos sobre a economia.
- 107 A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) não possui caráter tributário, ou seja, ela não constitui um tributo.
- 108 Uma estrutura tributária regressiva piora a distribuição de renda.
- 109 As multas são classificadas como receitas extraordinárias.
- 110 Os impostos diretos tendem a ser regressivos.

ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS, COMPRAS E MATERIAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Com relação a dispositivos da Lei Complementar Estadual n.º 46/1994 e à gestão de pessoas por competências, julgue os próximos itens.

- 111 É tolerável que os servidores públicos do estado do Espírito Santo atrasem-se, em até 15 minutos, para iniciar o expediente, em quaisquer dias da semana, consecutivos ou não, devendo respeitar o limite de três atrasos ao mês.
- 112 A gestão por competências no serviço público permite o reconhecimento da perspectiva organizacional, quando se considera que os servidores são detentores de competências que podem ser mobilizadas para a produção de um valor público, e da perspectiva pessoal, quando se identificam as lacunas existentes entre as competências requeridas para o exercício do cargo e aquelas já apresentadas pelo colaborador.
- 113 Se um membro de uma comissão de licitação de um órgão público do Espírito Santo participar de 5 licitações mensais na modalidade concorrência, em que o valor pago seja 60 VRTE's (Valores de Referência do Tesouro Estadual), e outro membro participar de 3 licitações mensais na mesma modalidade, ambos receberão o mesmo valor ao final do mês.
- 114 As competências evidenciadas por um servidor público no exercício das atividades operacionais são entendidas como competências técnicas, ao passo que as competências de cunho relacional são relativas às competências comportamentais.

Acerca dos aspectos de licitações e dos bens públicos no que se refere a materiais e estoques, julgue os itens seguintes.

- 115 Na fase de habilitação de um processo licitatório, o órgão licitante poderá realizar a avaliação da conformidade da proposta para comprovar a aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico, desde que previsto em edital.
- 116 Caso não seja gerada a economia prevista em um contrato cujo processo licitatório tenha utilizado o critério de julgamento por maior retorno econômico, a diferença de valor deverá ser cobrada do gestor público que tiver analisado e autorizado a contratação.
- 117 Caso o vencedor de um pregão eletrônico tenha sido convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, mas não celebre o contrato, o pregoeiro deverá analisar as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até a identificação de outra que atenda ao edital.
- 118 Um inventário físico de estoques realizado em um órgão público em virtude da mudança do gestor é considerado um inventário de transferência de responsabilidade.
- 119 Suponha que, em uma licitação ocorrida na área da saúde mediante registro de preço, o licitante vencedor não possa atender ao quantitativo total estimado de fornecimento dos bens apresentado no edital. Nessa situação, caso os próximos licitantes não aceitem praticar os mesmos preços da proposta vencedora, poderão ser registrados, em caráter excepcional e de maneira justificada e comprovada, outros preços diferentes, desde que os bens sejam de qualidade superior e de valor inferior ao limite máximo admitido.
- 120 Caso seja realizada a doação de um bem patrimonial de um órgão público para outro, o registro contábil desse bem deve permanecer no acervo patrimonial do órgão cedente.